

PROTOCOLO Nº 6045/2026
ETP (MANUAL)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de notebooks, com processador de no mínimo 13ª geração da linha Intel® Core™ i3 ou equivalente em desempenho, destinados ao atendimento das demandas dos professores da Rede Municipal de Educação de Caçu/GO, conforme Emenda Parlamentar Impositiva nº 123.1/2026, Convênio nº 052/2026, vinculada ao Processo nº 202600005002410.

1.2. O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da legalidade, eficiência, interesse público, planejamento e economicidade previstos em seu art. 5º, bem como no dever de planejamento das contratações públicas estabelecido no art. 18, que impõe à Administração Pública a adequada identificação das necessidades institucionais e a definição da solução mais vantajosa ao atendimento da demanda pública.

2.2. A demanda tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Caçu/GO quanto à disponibilização de recursos tecnológicos adequados aos professores da Rede Municipal de Educação, visando ao fortalecimento das atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas no âmbito escolar.

2.3. A utilização de equipamentos de informática constitui ferramenta indispensável às práticas educacionais contemporâneas, possibilitando acesso a plataformas digitais de ensino, sistemas de gestão educacional, conteúdos pedagógicos multimídia e demais recursos tecnológicos voltados ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

2.4. A disponibilização de notebooks aos docentes contribuirá para maior eficiência na execução das atividades pedagógicas e administrativas, incluindo planejamento de aulas, elaboração de avaliações, registros escolares, acompanhamento de informações acadêmicas e alimentação dos sistemas de gestão educacional utilizados pela rede municipal.

2.5. A contratação também contribuirá para a padronização dos recursos tecnológicos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, proporcionando maior eficiência operacional, melhor compatibilidade entre sistemas e suporte adequado às atividades desenvolvidas pelos profissionais da educação.

2.6. A solução pretendida encontra-se alinhada às diretrizes de modernização da Administração Pública e ao fortalecimento das políticas públicas educacionais, contribuindo para melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, continuidade dos serviços públicos educacionais e aperfeiçoamento da qualidade do ensino ofertado na rede municipal.

2.7. Registra-se, ainda, que a presente aquisição será viabilizada por meio de recursos oriundos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 123.1/2026, Convênio nº 052/2026, vinculada ao Processo nº 202600005002410, circunstância que demonstra a viabilidade orçamentária da contratação e a oportunidade de implementação da solução pretendida em benefício da comunidade escolar.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇO ESTIMADO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer o objeto abaixo relacionado, com a seguinte quantidade e características mínimas:

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QTD TOTAL	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	Aquisição de notebooks, com processador de no mínimo 13ª geração da linha Intel® Core™ i3 ou equivalente em desempenho, admitida tecnologia superior, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Educação de Caçu/GO, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 123.1/2026, Convênio nº 052/2026, vinculada ao Processo nº 202600005002410	UN	100	R\$ 3.580,18	R\$ 358.018,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 358.018,00

3.2. Total gerado estimado para esta contratação **R\$ 358.018,00** (trezentos e cinquenta e oito mil e dezoito reais).

3.2.1. A presente contratação será custeada parcialmente com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 123.1/2026, vinculada ao Processo nº 202600005002410, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.2.3. Considerando que o valor estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 358.018,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e dezoito reais), a diferença correspondente a R\$ 58.018,00 (cinquenta e oito mil e dezoito reais) será suportada com recursos próprios do Fundo Municipal de Educação de Caçu/GO, observada a respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

3.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

- Notebooks novos, de primeiro uso, com processador de no mínimo 13ª geração da linha Intel® Core™ i3 ou equivalente em desempenho;
- Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 bits, devidamente licenciado, ou equivalente compatível com ambiente corporativo, incluindo integração a domínio e aplicações educacionais;
- Placa de Vídeo: Integrada;
- Memória RAM: Mínimo de 8 GB DDR4 ou superior, com possibilidade de expansão;
- Armazenamento: SSD de no mínimo 256 GB, padrão NVMe ou superior;
- Tela: Mínimo de 15,6" (polegadas), resolução Full HD (1920 x 1080), antirreflexo, com brilho mínimo de 220 nits;
- Câmera: Integrada, com resolução mínima HD e microfone embutido;
- Bateria: Autonomia mínima de 6 (seis) horas em uso moderado (navegação web e aplicativos de escritório), conforme especificação do fabricante;
- Fonte de Alimentação: Bivolt automático (100–240V), compatível com o equipamento;
- Dispositivo Apontador: Touchpad integrado;
- Teclado: Padrão ABNT2 (Português Brasil);
- Conectividade mínima:
 - Wi-Fi padrão IEEE 802.11ac (Wi-Fi 5) ou superior;
 - Bluetooth 5.0 ou superior;
- Interfaces e portas mínimas:
 - 2 (duas) portas USB, sendo pelo menos 1 (uma) no padrão USB 3.0 ou superior;
 - 1 (uma) porta HDMI ou equivalente;
 - 1 (uma) entrada combinada de áudio (fone/microfone);

3.4. CONDIÇÕES GERAIS:

- Equipamentos novos, sem uso anterior;
- Entregues em embalagem original do fabricante, lacrada;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme legislação vigente;

- Vedada a oferta de equipamentos reconicionados, remanufaturados, usados ou descontinuados (fora de linha de fabricação).

3.5. APLICAÇÃO:

- Os equipamentos destinam-se ao suporte das atividades pedagógicas e administrativas dos docentes da Rede Municipal de Educação, incluindo utilização em sala de aula, planejamento de atividades, acesso a plataformas digitais educacionais e alimentação de sistemas de gestão educacional.

3.6. PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO

3.6.1. A contratada deverá realizar o fornecimento dos equipamentos em conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Caçu/GO, mediante emissão de requisição de compras expedida por servidor devidamente autorizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da respectiva solicitação;

3.6.2. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados, em embalagem original do fabricante, lacrada e em perfeitas condições de conservação e transporte, observadas as normas e especificações aplicáveis;

Parágrafo único. Os produtos serão submetidos à conferência e verificação no ato da entrega, podendo ser recusados, total ou parcialmente, sem qualquer ônus para a Administração, caso estejam em desacordo com as especificações exigidas, apresentem avarias, defeitos, sinais de uso, desconformidade técnica ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização;

3.6.3. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Educação de Caçu/GO, localizada na Avenida Ildefonso Carneiro, nº 342, Centro, Caçu/GO (abaixo do Banco Bradesco), das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, em dias úteis, mediante prévio agendamento junto ao departamento responsável.

4. GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas, as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 494/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo período correspondente, mediante formalização nos autos, observadas as disposições legais aplicáveis.

4.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se a utilização de meio eletrônico oficial para esse fim, inclusive e-mail institucional, desde que possibilite a comprovação do envio e recebimento.

4.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências relacionadas à execução contratual, inclusive para esclarecimentos, ajustes operacionais e regularização de pendências eventualmente constatadas.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre a Administração e a contratada, visando ao alinhamento das condições de execução, orientações quanto à fiscalização contratual, obrigações assumidas, forma de entrega, procedimentos de recebimento e demais informações pertinentes à execução do objeto.

4.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 494/2021.

4.6.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, defeitos, vícios, falhas ou danos decorrentes da execução do objeto, inclusive perante terceiros, permanecendo a

contratada integralmente responsável pela qualidade dos equipamentos fornecidos e pela fiel execução contratual, na forma da legislação vigente.

5. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação iniciar-se-á na data de assinatura do contrato ou instrumento equivalente e vigorará até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e observados os requisitos legais aplicáveis.

6. PRAZO DE FATURAMENTO/ PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente a prestação do serviço e após o protocolo e aceite da NF no departamento de compras da Prefeitura de Caçu, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.1.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

6.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

6.3. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Realizar o fornecimento dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste instrumento e no contrato.

7.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução contratual, observando as condições pactuadas, os prazos estabelecidos e a legislação aplicável.

7.3. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, livres de defeitos, vícios, avarias ou desconformidades técnicas.

7.4. Garantir a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos equipamentos fornecidos, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

7.5. Providenciar, sem ônus para a Contratante, a substituição ou correção de qualquer defeito, falha, vício ou irregularidade constatada durante o prazo de garantia, no prazo máximo definido pela Administração.

7.6. Entregar os equipamentos devidamente acondicionados, em embalagem original do fabricante, lacrada, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, bem como manuais, drivers, certificados e demais documentos pertinentes.

7.7. Comunicar formalmente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a regular execução contratual, apresentando as justificativas e medidas corretivas cabíveis.

7.8. Arcar integralmente com todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo frete, transporte, seguros, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias à execução do objeto, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

7.9. Responder civil, administrativa e penalmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.10. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.11. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários não transfere à Administração Pública qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação.

7.12. É vedado à Contratada transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, as obrigações assumidas decorrentes da presente contratação, sem prévia e expressa autorização da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto e por todos os atos praticados por seus empregados, prepostos, fornecedores ou terceiros eventualmente envolvidos na execução contratual.

7.13. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, observados os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber os equipamentos fornecidos, procedendo à conferência quanto à conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste instrumento.

8.2. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e prazos estabelecidos neste instrumento contratual.

8.3. Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa executar regularmente o objeto da contratação.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, podendo solicitar esclarecimentos, diligências, testes, inspeções e verificações técnicas sempre que necessário.

8.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou normas aplicáveis.

8.6. Notificar formalmente a Contratada acerca de irregularidades, falhas ou defeitos constatados na execução contratual, fixando prazo para saneamento das pendências.

8.7. Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.8. A Administração não aceitará, sob qualquer hipótese, a transferência das responsabilidades assumidas pela Contratada a terceiros, salvo nos casos admitidos pela legislação vigente e previamente autorizados pela Administração.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 494 de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

9.2. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

9.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

9.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

9.2.5. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.2.6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

9.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

12.01.12.361.0665.2.068 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTES

12.01.12.365.0665.2.071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTES.

11. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. O acompanhamento, controle e fiscalização da execução do objeto contratado serão exercidos pela Secretaria Municipal de Educação de Caçu/GO, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente para atuar(em) como fiscal(is) do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 494/2021.

11.2. Compete à fiscalização contratual acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, atestar o recebimento dos equipamentos, avaliar a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e adotar as providências necessárias em caso de descumprimento contratual.

11.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto, tampouco a responsabilidade por vícios, defeitos, irregularidades ou danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros, na forma da legislação vigente.

12. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Caçu/GO, unidade demandante responsável pela identificação da necessidade administrativa, definição da solução pretendida, estabelecimento das especificações técnicas do objeto e planejamento da contratação, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.2. A elaboração deste documento observou os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e transparência administrativa, visando assegurar a adequada instrução do procedimento licitatório e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12.3. As informações, justificativas, quantitativos e especificações técnicas constantes neste Termo de Referência refletem as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação, sendo de responsabilidade dos servidores envolvidos a veracidade e adequação dos dados apresentados no processo administrativo.

Caçu GO, 22 de maio de 2026.

THAISSE FERREIRA OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MATRÍCULA Nº 100080901

Avenida Ildelfonso Carneiro, 342 – Centro –Caçu –GO
CEP:75813-000 – (64) 3656-2246 CNPJ:45.701.259/0001-06